EDITORIAL

Vera Karam de Chueiri*

José Antonio Peres Gediel**

Edna Felício Torres Câmara e Thiago Hoshina***

Eis o volume 52 da Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Ele comunga com a ideia de que direito é narrativa, a qual se escreve e reescreve mediante o conhecimento teórico e o conhecimento aplicado, das decisões judiciais, da legislação em geral, das práticas sociais, do imaginário jurídico etc. O que essas narrativas ou práticas jurídicas e sociais têm em comum é a trama da linguagem. Por isso, a Revista da Faculdade de Direito da UFPR tem produzido várias e diversas narrativas, dado o seu caráter crítico (de outro modo não seria um periódico reflexivo), interdisciplinar e sensível, ao que podemos chamar de direito “vivo”. Isto, pois, mesmo onde parece o direito estar “morto”, como narrativa, ele se revigora e, mais do que isso, ousa transformar as nossas convicções mais profundas, os nossos lugares comuns, as nossas certezas, as nossas limitações, reinventando nós mesmos e todo o *corpus* da tradição.

Assim não é de admirar que, nós da equipe Editorial, mesmo depois de meses de trabalho, tenhamos apenas uma pálida ideia do potencial deste conjunto de narrativas que veio ao mundo entre as capas da presente revista – é o contraponto comunicativo que fará com que os textos efetivamente amadureçam e enfrentem o desafio de questionar e provocar. Leitor, esse contraponto será o seu papel, caso tenhamos sucesso em instigá-lo a refletir sobre os assuntos narrados nos artigos que compõem esta Revista (a qualidade dos artigos selecionados e a avaliação criteriosa da comissão de pareceristas nos fazem apostar nesse sucesso).

Se o objetivo é fazer pensar ou refletir, abrimos este volume com a versão escrita da envolvente conferência proferida no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, pela filósofa Agnes Heller, professora da Universidade de Budapeste e da New

* Editora-chefe da Revista da Faculdade de Direito da UFPR.

** Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR.

***Equipe Executiva da Revista da Faculdade de Direito da UFPR.

School for Social Research que, da sua experiência vivaz, sem meias-palavras, interrogamos sobre nossas obrigações com as futuras gerações (que, em tese, não teriam direitos). Para resolver o impasse, a autora afirma: há obrigações sem direitos correspondentes. E vai mais longe: estamos impelidos a evitar a deterioração de nosso meio ambiente não por conta dos direitos das futuras gerações, mas porque *estamos vivos e enquanto vivos estamos ainda encarregados da terra, da natureza e da vida (...)*. São obrigações que dependem do senso de responsabilidade e justiça do homem.

Juliana Neuenschwander Magalhães, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por sua vez, reflete sobre os direitos humanos, as promessas feitas em nome deles e que não foram cumpridas, e sobre a necessidade de torná-los, assim mesmo, operativos, tendo como base a sua grande força simbólica. A autora (por uma feliz coincidência) cita Agnes Heller: *a ficção dos direitos humanos (...), se não é uma realidade, produz realidades*.

O artigo de Helena Guimarães, doutoranda em Direito pela Universidade Nova de Lisboa, propõe reflexões sobre o “contar histórias” e seu sentido para a cidadania e o Direito (que, quem sabe, redundam em um “Homem mais livre, num Direito mais justo, num Mundo mais fraterno”). Para tanto, propõe um frutífero diálogo entre o pensamento de Franz Kafka, Hannah Arendt e Martha Nussbaum.

O Professor Paulo Nalin, da Universidade Federal do Paraná, em seu artigo sobre a boa-fé, explora seus aspectos objetivos e subjetivos e traz à baila todo um campo de possibilidades hermenêuticas que exemplificam a multiplicidade interpretativa no Direito, ao relacionar o seu conceito com a noção de probidade contratual. O autor aponta, ainda, as limitações ao exercício da autonomia contratual e afirma que, por isso, as incontáveis configurações e nuances da boa-fé devem ser investigadas uma vez que, na contínua construção do direito, os questionamentos importam mais do que as próprias respostas.

Nessa linha, a pena de Pablo Malheiros da Cunha Frota, professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília e doutorando da UFPR, analisa a teoria da derrotabilidade das normas jurídicas. Segundo esta teoria, novas interpretações advindas do cotejo da regra com um princípio ou circunstância especial têm o condão de afastar a aplicação de determinada norma (segundo o autor, inclusive no âmbito de contratos administrativos). Ademais, essa teoria pode fundamentar o diálogo entre os princípios contratuais do direito civil e do direito administrativo a fim de serem geradas soluções mais efetivas e equânimes.

Sobre a conceituação de princípios e regras e sobre a cientificidade do exercício argumentativo, Andrés Botero Bernal, professor da Universidade de Medellín (Colômbia), analisa – isto é, expressa admiração e crítica simultâneas – a concepção de sistema

jurídico e a razão prática de Robert Alexy. Para tanto, apresenta diversos conceitos caros à teoria de Alexy, ao mesmo tempo em que coloca em questão certos pressupostos seus, no intuito de contribuir para o seu aprimoramento.

O Professor emérito da Universidade Federal de Alagoas, Marcos Bernardes de Mello, no seu artigo acerca da *fraude à Constituição*, analisa as possibilidades de violações indiretas à Constituição. Segundo o autor, há fraude à Constituição quando um ato normativo ou administrativo aparentemente compatível com a Constituição alcança resultado proibido ou evita fim imposto pela própria Constituição. Conclui o autor que esse tipo de violação merece ter o mesmo tratamento da inconstitucionalidade direta.

Gabriela da Luz Dias, mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, por sua vez, investe em um olhar jurídico-antropológico para analisar os empreendimentos econômicos solidários não formalizados na Bahia e a necessidade de buscar-se um modelo jurídico capaz de garantir maior segurança jurídica a tais empreendimentos.

A segurança jurídica (e sua crise) também tem papel essencial nas reflexões de Janaína Rigo Santin, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo e pós-doutora pela Faculdade de Direito de Lisboa, acerca da falta de legitimidade do sistema penal e do papel que os juizados especiais criminais podem desempenhar para que essa crise seja superada.

Kátia Silene de Oliveira Maia, por sua vez, doutoranda em Ciências e Tecnologias Ambientais pela Universidade do Vale do Itajaí, também trata de legitimidade, mas do Direito Ambiental, e questiona se, em sua aplicação, há a real tutela do meio ambiente ou apenas ações motivadas pela perspectiva utilitarista da modernidade (que trazem o sério risco de deixar de lado o enfoque preventivo).

Na sequência, Flavio Elias Riche, diplomata de carreira e doutorando em Relações Internacionais pela UnB, resenha a obra de Pablo Ghetti, *Direito e Democracia sob os aspectos de Schmitt: contribuição à crítica do direito de Habermas* e aponta os pontos mais importantes abordados pelo autor na obra resenhada.

Por fim, a entrevista com o cientista político mexicano Miguel Carter, professor da School of International Service da American University, realizada pela jornalista Laura Schuhli, pós-graduada em jornalismo literário (Associação de Jornalismo Literário/Faculdade Vicentina) com a colaboração de Antonio Carlos Senkovski, bacharel em Comunicação Social/jornalismo (Universidade Positivo) enfrenta temas centrais e prementes para o pensamento jurídico contemporâneo como a ação política dos movimentos sociais, a reforma agrária e o papel do direito e do Poder Judiciário, os aparelhos ideológicos da mídia de massas, o lugar da Amazônia num novo projeto social e os desafios para ceifar a desigualdade social e a má distribuição de terra e de renda no país.

Pois bem, Leitor, finalizamos com um convite à parceria: reflita, concorde, questione, discorde, incomode-se, reacomode-se. É esse movimento o objetivo da pesquisa e da produção científica para o Direito e a proposta de nossa revista – muitas vozes, muitos sons, muitas ideias, muitas polêmicas, muitos caminhos na busca, senão do justo (possível?), mas do melhor direito que possamos (re)construir a partir de tantas, de tão múltiplas narrativas.